

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED

Márcia Valéria Santos da Fontoura

Princípios de Convivência Democráticos na Escola

Santana do Livramento

2015

Márcia Valéria Santos da Fontoura

Princípios de Convivência Democráticos na Escola

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador (a): Julian de Camargo Milone

Santana do Livramento

2015

RESUMO

O presente trabalho de conclusão apresenta as ações e reflexões desenvolvidas no Projeto de Intervenção trabalhado no Curso de Especialização em Gestão Escolar ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/ Faculdade de Educação – FACED, tendo como foco os Princípios de Convivência Democráticos na Escola Estadual de Ensino Fundamental “Marquês D’Alegrete” na cidade de Alegrete/RS, com o objetivo de promover de forma coletiva e democrática o processo de conhecimento, reflexão, reelaboração e colocação em prática dos mesmos, inspirados na “autonomia e participação efetiva nas decisões que afetam a vida pessoal e social” (PCN, 1997, p.97), e tendo como base de investigação, a pesquisa bibliográfica e documental de autores como Arantes (2000), Freire (1996), Johnson e Johnson (1999), Richardson (2011), Piaget (1978), Maria Celeste da Silva Carvalho (2001), Paro (2000), Oliveira (2000), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), entre outros, que nortearam e fundamentaram teoricamente as práticas aplicadas, onde a partir da realização da pesquisa-ação, foram implementadas ações que promoveram a integração e participação de todos os segmentos da comunidade escolar visando a construção de normas e princípios que sejam coerentes e favoráveis à aprendizagem e a um convívio democrático saudável entre todos.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Participação. Princípios de Convivência.

Sumário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS	4
1 INTRODUÇÃO	4
2 APRESENTAÇÃO DO TEMA	6
2.1 JUSTIFICATIVA	9
2.2 OBJETIVOS	10
2.2.1 Geral:	10
2.2.2 Específicos:	10
3 METODOLOGIA	11
4 REFERENCIAL TEÓRICO	18
5 PROBLEMAS PEDAGÓGICOS E SOCIAIS QUE COMPROMETEM A BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E UMA CONVIVÊNCIA SAUDÁVEL NO AMBIENTE ESCOLAR	22
5.1 CONFLITOS DISCIPLINARES	22
5.2 VIOLÊNCIA	24
5.3 AUTORITARISMO	25
5.4 EXCLUSÃO SOCIAL	27
6 CAMINHOS QUE LEVAM A UMA CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA	29
6.1 RECONHECIMENTO E FORMA DE AGIR DE ACORDO COM A PLURALIDADE CULTURAL	29
6.2 ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES ADEQUADAS ENTRE A ESCOLA E A..... SOCIEDADE	31
6.3 CRIAÇÃO DE PROJETOS	32
6.4 BUSCA DE PARCERIAS	33
7 ANÁLISE DAS AÇÕES	35
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
9 REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta um aprofundamento do processo de implementação do Projeto de Intervenção realizado na E.E.E.F. Marquês D'Alegrete durante a realização da Especialização em Gestão Escolar pela UFRGS/FACED, que após análise do Projeto Político-pedagógico em reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar, ficou definido que a intervenção deveria ocorrer com o foco nos princípios e normas da escola, pois os mesmos estavam inseridos no PPP, mas não tinham sido construídos na visão democrática, ou seja, não eram do conhecimento de todos, estavam apenas contidos no PPP, porém não eram colocados em prática.

O presente trabalho foi utilizado como base de investigação, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, as pesquisas bibliográfica e documental, visando o aprofundamento do conhecimento teórico e prático; do ponto de vista da natureza, as pesquisas básica e aplicada, buscando a atualização de conhecimentos e transformação das ações frente à tomada de decisões.

Para tanto, foi utilizada a metodologia da pesquisa-ação almejando a participação e envolvimento de todos os segmentos escolares para buscar soluções reais e concretas para o problema coletivo da escola.

Em razão dos altos índices de conflitos disciplinares no âmbito escolar, fez-se importante reconhecer e analisar as causas e consequências dos maiores problemas pedagógicos e sociais que comprometem a busca de uma educação de qualidade e que, para enfrentá-los e solucioná-los é exigido dos professores, funcionários e equipe gestora muito conhecimento, disposição, uma postura democrática e dialógica que reconheça os alunos e famílias como parceiros de uma busca constante por uma escola de qualidade e realmente democrática.

Diante do conhecimento aprofundado dos problemas que comprometem a busca de uma educação de qualidade e uma convivência saudável e harmoniosa no espaço escolar, fez-se necessário também buscar formas e embasamento teórico e prático para o reconhecimento e forma de agir de acordo com a pluralidade cultural, estabelecimento de relações adequadas entre a escola e a comunidade/sociedade, criação de projetos e busca de parcerias, apontados como os caminhos que levam a

uma convivência democrática.

Conforme a perspectiva de transformações sociais e buscando na comunidade escolar sugestões de combinados que sejam pertinentes às necessidades da escola no que se refere a questões disciplinares, alguns princípios e normas de convivência, construídos democraticamente, deverão nortear os procedimentos a serem adotados pela escola, trabalhando fatores negativos que interferem na aprendizagem de qualidade e convivência harmoniosa no ambiente escolar, oportunizando uma experiência escolar saudável e bem sucedida em relação à autonomia e participação efetiva e democrática. É sugerida a implantação do Grêmio Estudantil na escola, uma vez que o mesmo é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos contribuindo para aumentar a participação dos alunos nas atividades de sua instituição de ensino.

Após a realização deste trabalho de pesquisa interventiva, considera-se que o mesmo buscou contribuir para que as relações interpessoais na escola se estabeleçam de forma a proporcionar um ambiente adequado e favorável à construção de uma aprendizagem significativa e prazerosa, onde o objetivo principal da escola se concretizasse de fato.

2 APRESENTAÇÃO DO TEMA

Os princípios e valores que norteiam o Projeto Político-pedagógico da E.E.E.F. Marquês D'Alegrete estão baseados nos quatro pilares da educação instituídos pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) em relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI coordenada por Jacques Delors, onde se propõe uma educação direcionada para os quatro tipos fundamentais de educação: **aprender a conhecer** (adquirir instrumentos de compreensão), **aprender a fazer** (para poder agir sobre o meio envolvente), **aprender a viver juntos** (cooperação com os outros em todas as atividades humanas), e finalmente **aprender a ser** (conceito principal que integra todos os anteriores). Estas quatro vias do saber, na verdade, constituem apenas uma, dado que existem pontos de interligação entre elas, eleitos como os quatro pilares fundamentais da educação.

Os princípios e valores que norteiam o Projeto Político- pedagógico da escola são:

- Vivência na cidadania e em prol dela;
- Administração do emocional;
- Tolerância, empatia e respeito;
- Espaço Democrático;
- Desenvolvimento das competências;
- Interatividade e acesso às tecnologias;

REGRAS DE CONVIVÊNCIA

Conforme Pedro Goergen (2005), a teoria crítica investe num conceito de consciência moral que se realiza na conscientização dos jovens e adultos a respeito da necessidade de transformações sociais e individuais que visem uma organização social mais digna e justa.

Conforme a perspectiva de transformações sociais e buscando na comunidade escolar sugestões de combinados que fossem pertinentes às necessidades da escola no que se refere a questões disciplinares, foram elencados e aprovados pelos pais, professores, alunos e funcionários, alguns princípios e regras de convivência que deverão nortear os procedimentos a serem adotados pela escola.

PRINCÍPIOS E NORMAS DE CONVIVÊNCIA

PRINCÍPIOS

Saber respeitar, saber ouvir, saber participar, saber aceitar, saber conviver, saber estudar, saber ser responsável.

NORMAS

- 1- Aderir e comprometer-se com a filosofia e normas apresentadas pela Escola no ato de ingresso na mesma;
- 2- Frequentar e participar com assiduidade e pontualidade de todas as atividades da comunidade escolar, comprometendo-se com a qualidade e manutenção da Escola.
- 3- Permanecer no recinto da escola somente os integrantes desta comunidade escolar, obedecendo aos horários de cada atividade prevista, evitando a circulação de pessoas estranhas ao ambiente escolar;
- 4- Informar a escola em caso de doença ou qualquer outro motivo que impeça a presença nas atividades escolares.
- 5- Usar roupas adequadas ao ambiente escolar, sendo que o aluno deve usar o uniforme em todas as atividades escolares e roupa apropriada em Educação Física.
- 6- Zelar pela conservação e limpeza do patrimônio escolar, responsabilizando-se a ressarcir os danos causados individualmente ou em grupo.
- 7- Trazer somente o material necessário para as atividades escolares, excluindo-se tudo o que for pertinente, que prejudique o bom andamento das atividades ou coloque em risco sua segurança e dos demais integrantes da comunidade escolar.
- 8- Tratar com cordialidade e respeito todos os membros da comunidade escolar,

favorecendo uma convivência saudável e evitando atritos desnecessários.

9-Colaborar para que a comunicação na escola aconteça de forma responsável e segura.

10-Ser discreto e respeitoso nas manifestações de namoro e amizade.

Os princípios e normas aqui apresentados se entrelaçam como direitos e deveres de todos os componentes dos segmentos da comunidade escolar, pois na medida em que se comprometem com o cumprimento de seus deveres estão garantindo o direito de todos, onde o principal objetivo é a formação das pessoas integralmente, como sujeitos de direitos, portanto todos são responsáveis pela busca de uma cidadania plena, pelo crescimento como ser humano que valoriza e respeita as diferenças e diversidades que são deparadas no dia a dia.

Fazemos parte de um país que vem construindo a ideia de igualdade social e a escola vem ocupando o espaço ideal para que se desperte a consciência crítica e cidadã no sujeito envolvido no processo de ensino-aprendizagem, onde através de um trabalho coletivo com todos os envolvidos neste processo, busca-se a formação plena e um convívio social saudável entre todos.

Desta forma, acredita-se que a melhoria nas relações sociais está alicerçada no trabalho diário e coletivo, em colocar em prática os temas referentes às diversidades, onde haja o conhecimento, a reflexão e a garantia de respeito aos direitos de todos. Para isso, devemos nos tornar conhecedores dos temas da diversidade para que, embora estejamos longe de alcançar o ideal, saibamos dialogar e realmente possamos agir e instigar ações que promovam o resgate e o respeito aos direitos humanos na escola, visando à construção democrática dos princípios de convivência.

2.1 JUSTIFICATIVA

A convivência democrática na escola deve ser respaldada no diálogo, em ações cooperativas e participação ativa de toda a comunidade escolar, buscando por soluções e encaminhamentos para os conflitos cotidianos e a construção de valores éticos e cidadãos.

Nesta perspectiva, o presente trabalho foi elaborado para que se resgatasse essa comunicação que a escola precisa ter com a comunidade, melhorando consideravelmente as relações interpessoais entre seus integrantes e contribuindo para que as questões de disciplina e aprendizagem sejam mostradas de forma positiva na construção do convívio democrático.

Diante disto e em razão de termos altos índices de conflitos disciplinares no ambiente escolar, justifica-se a decisão de se trabalhar com todos os segmentos da comunidade escolar o tema da convivência harmoniosa e saudável no ambiente escolar, buscando democratizar, tornar reconhecidos e praticados cotidianamente os princípios e regras inseridos no Projeto Político-Pedagógico da Escola.

2.2 OBJETIVOS

2.2.1 Geral:

Provocar a reflexão necessária e comprometida sobre os Princípios de Convivência inseridos no PPP da escola, considerando a sua importância e relevância para consolidar um convívio harmonioso e favorável ao aprendizado dos educandos.

2.2.2 Específicos:

- Promover de forma coletiva e democrática o processo de conhecimento, reflexão e reelaboração dos princípios de convivência democráticos da escola;
- Colocar em prática os princípios e regras de convivência a partir do exercício cotidiano e definição das funções de cada segmento;
- Empreender na comunidade, em especial nos alunos, o compromisso ético, coerente e flexível na resolução dos problemas recorrentes do dia a dia do contexto escolar.
- Identificar aspectos dificultadores e facilitadores para o estabelecimento do convívio saudável na escola e uma aprendizagem de qualidade;
- Caracterizar manifestações de vivência democrática na escola;
- Identificar maneiras de gerir conflitos, neutralizando de forma democrática os antagonismos no ambiente escolar;
- Incentivar a criação e implantação do Grêmios Estudantil na escola;
- Propor medidas de incentivo para a construção e o desenvolvimento da convivência democrática na escola.

3 METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho foi utilizado o método da pesquisa-ação na busca por uma ação ou resolução para o problema coletivo na Escola Estadual de Ensino Fundamental “Marquês D’Alegrete”. De acordo com Thiollent (2009, p.2) Pesquisa-ação é aquela que:

[...] consiste em acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os atores implicados participam junto com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos, identificando problemas coletivos, buscando e experimentando soluções em situação real.

Para Franco (2012, p. 7) na pesquisa-ação:

...o sujeito participante da pesquisa-ação começa a se sentir e a se perceber protagonista de processos de transformação e autotransformação. No entanto, será preciso que desconstrua saberes que nada mais significam, construindo percepções favoráveis em relação à sua identidade profissional. Como resultado, conseguirá valorizar e expressar seus saberes da experiência e vinculá-los ao coletivo, socializá-los, referendá-los com novos pressupostos de mudança.

Como base de investigação, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, foram realizadas a pesquisa bibliográfica que conforme Amaral (2007, p. 7) “(...)consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relativas à pesquisa” com material publicado em livros, artigos e material da internet, documental com documentos oficiais oferecidos pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), pelo CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação), pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) entre outros.

Para que os Princípios de Convivência Democráticos fossem readequados e colocados em prática por todos os segmentos da comunidade escolar, objetivando a definição das expectativas dos envolvidos como também o tipo de auxílio que estes puderam exercer ao longo do processo da pesquisa, onde o instrumento de coleta foi mais qualitativo do que quantitativo, melhorando consideravelmente a efetividade do trabalho e combinando a coleta de informações, a interpretação e a revisão da literatura, pois:

“O trabalho realça que a pesquisa-ação, estruturada dentro de seus princípios geradores, é uma pesquisa eminentemente pedagógica, dentro da perspectiva de ser o exercício pedagógico, configurado como uma ação que cientificiza a prática educativa, a partir de princípios éticos que

visualizam a contínua formação e emancipação de todos os sujeitos da prática.” (FRANCO, Maria Amélia Santoro – Pedagogia da Pesquisa-Ação).

Quanto ao ponto de vista da natureza, foram utilizadas as pesquisas: básica e aplicada, pois segundo CERVO e BERVIAN, 2002, p. 65, “a pesquisa básica busca a atualização de conhecimentos para uma nova tomada de decisão, enquanto que a pesquisa aplicada, além de buscar conhecimentos para uma nova tomada de decisão, também pretende transformar em ação concreta os resultados obtidos no trabalho”.

Do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, foram aplicadas, conforme Gil (2008), as pesquisas: exploratória – proporcionar maior familiaridade com o problema com a realização de pesquisas bibliográfica e documental, estudo; explicativa – aprofundamento do conhecimento da realidade, identificando os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Os dados coletados para a realização da pesquisa-ação foram obtidos através de leitura, análise e reflexão do material referente aos Princípios de Convivência Democráticos na Escola.

“A pesquisa, tanto para efeito científico como profissional, envolve a abertura de horizontes e a apresentação de diretrizes fundamentais, que podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento.” (OLIVEIRA, 2002, p.62).

O projeto de intervenção na E.E.E.F. “Marquês D’Alegrete” começou a ser estruturado e discutido a partir de reuniões realizadas com o segmento de pais e posteriormente com o segmento de professores onde foram aplicadas pesquisas com o tema “Compartilhando Saberes e Ideias” através da qual estes atores relataram como enxergavam a escola e a partir destes apanhados, foi-se tentando buscar subsídios e linhas de ações importantes para planejar, desenvolver e liderar o processo da construção coletiva da democracia na escola, pois

“fazer pesquisa-ação significa planejar, observar, agir e refletir de maneira mais consciente, mais sistemática e mais rigorosa o que fizemos na nossa experiência diária.” (Kemmis e Mc Taggart 1988 apud RICHARDSON, 2011).

Aos pais foi realizada uma pesquisa com o modelo a seguir, a fim de haver mais praticidade ao responder as questões e após serem tabuladas, remeteram aos seguintes resultados:

Quadro 1 – Compartilhando Saberes e Ideias

Aspectos	Positivo	Médio	Negativo
Sinto-me satisfeito com a escola que meu filho frequenta	70	40	05
Como é o seu relacionamento com a(s) professora(s)	95	20	00
O que você acha do trabalho da(s) professora(s) com os alunos	87	25	03
Como é o seu relacionamento com a Equipe Gestora	96	14	05
O que você acha das instalações da Escola	24	81	10
Como você julga a qualidade da merenda da escola	96	19	00
Você acha que o aprendizado do seu filho(a) evolui neste ano	83	28	04
Você acha que a escola está aberta para a participação dos pais	80	33	02
Resolução dos problemas com coerência e flexibilidade	68	37	10
Participação da comunidade e da família na escola	70	30	15

Foi oportunizado aos pais que pudessem falar ou escrever na própria pesquisa suas reflexões sobre o trabalho realizado a respeito das práticas das ações e integração com a comunidade, pois na pesquisa acima, eles apenas marcaram as opções: positivo, médio ou negativo e ao relatarem verbalmente ou por escrito, os mesmos evidenciaram muito como pontos negativos as instalações da escola que estava prestes a receber reformas no assoalho e rede elétrica, cobrança de ações mais firmes em relação a comportamentos inadequados dos alunos no âmbito escolar.

Quanto à sugestão de melhorias no recinto escolar, ficou bastante evidenciado pelo próprio segmento de pais que os mesmos precisavam participar

mais das atividades escolares, contribuindo através das parcerias para que não só o visual da escola seja melhorado como também o acompanhamento na aprendizagem dos filhos, que os pais sejam recebidos com cordialidade e que a comunicação na escola aconteça de forma clara para que haja um ambiente adequado à aprendizagem e um fortalecimento das relações interpessoais, nesse sentido, fica claro que a escola é e deve ser o espaço da vivência democrática, onde se espalham questionamentos, críticas, reivindicações, choque de ideias e conflitos diversos gerando um novo pensar em fazer educação, um novo gestar da participação democrática. Sendo assim, a escola não é mais a detentora do conhecimento, e sim, a impulsionadora de conhecimentos que devem ser construídos e compartilhados, abrindo-se para novos diálogos, diversidades multiculturais e estabelecendo relações adequadas com a comunidade, pois:

É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto e análise deve dela “aproximá-lo” ao máximo. (FREIRE, 1996, p. 39)

Ao segmento de professores, após a análise documental do Regimento Escolar e do PPP da escola com a finalidade de acrescentar, manter ou alterar itens conforme a realidade, foi aplicado um questionário com as seguintes questões relacionadas à escola:

- Como acontece o seu planejamento e com que frequência?
- Como se dá o relacionamento da escola com a família e a comunidade?
- Quais os pontos positivos e negativos da gestão na escola?
- A escola demonstra um espaço democrático?
- Como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e sua permanência na escola?
- Como construir e desenvolver os princípios de convivência democráticos na escola?
- No teu ponto de vista, o que tu considera relevante e que merece mais atenção da equipe gestora da escola?

Conforme respostas ao questionário, foi possível observar que o planejamento da maioria dos professores é semanal, como pontos positivos destacaram a abertura ao diálogo, apoio, relacionamento e dedicação ao trabalho, que o relacionamento da escola com a comunidade escolar é bom, mas a participação dos pais deveria ser mais evidenciada. Como pontos negativos destacaram a falta de tempo para reunir este segmento para estudar mais e melhorar o PPP e um dos professores observou a falha na comunicação entre os setores da escola, também foi constatado que, apesar da escola demonstrar ser um espaço democrático, é fundamental que se garanta a permanência e sucesso na aprendizagem dos alunos, buscando alternativas de ações com boas práticas que desperte o interesse e participação dos alunos, tornando-os parceiros na construção de uma convivência harmoniosa na escola.

Sendo assim, ficou evidenciado que os aspectos que mais mereciam atenção eram a participação plena de todos os segmentos no cotidiano escolar para que se pudesse trabalhar de forma democrática e transparente; e as relações interpessoais onde se enquadraram os Princípios e Normas de Convivência inseridos no Projeto Político-Pedagógico da escola, que posteriormente foram estudados, redefinidos e colocados em prática com a contribuição e participação de todos os envolvidos no contexto escolar, originando o foco para o Projeto de Intervenção – Princípios de Convivência Democráticos na Escola.

Através da pesquisa-ação que é uma atividade voltada para a solução de problemas teórico-práticos, teóricos por estarem inseridos no PPP da Escola, e práticos, por ser um dos pontos negativos fortes apontados na coleta das informações obtidas nas pesquisas realizadas com os pais e professores e ficando evidenciada na observação diária do convívio no ambiente escolar.

A pesquisa partiu de uma dúvida sobre qual foco merecia atenção por parte da equipe gestora da escola e que a partir do problema apresentado buscou-se, por meio de coletas de dados nas entrevistas, questionários, observação, leitura, reflexão e ação, respostas e soluções para que o convívio na escola aconteça de forma democrática, favorecendo um ambiente de trabalho e aprendizagem harmonioso e agradável.

A partir da análise da coleta de dados das pesquisas realizadas com o

segmento de pais e professores e dos encaminhamentos sugeridos onde os princípios e normas da escola deveriam ser conhecidos e redefinidos por todos os segmentos, iniciou-se o processo de estudo e busca de conhecimentos a respeito de como construir os princípios de convivência democrática na escola, pois, segundo CERVO e BERVIAN (2002, p. 65) “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema”.

Durante as reuniões de formação continuada na abertura do ano letivo com os segmentos de professores e funcionários, foram realizadas leituras, estudo e reflexão dos princípios e normas de convivência que norteiam o PPP da escola com o objetivo de torná-los conhecidos, onde pudessem ser analisados para verificar se estavam de acordo com a realidade e se poderiam ser colocados em prática periodicamente.

Como encaminhamento, ficou definido que durante as reuniões por turmas, no início das atividades letivas discentes, o foco do Projeto de Intervenção seria apresentado aos pais e alunos para que estes pudessem envolver-se e contribuir para readequá-los e também colocá-los em prática, pois nota-se que o convívio democrático na escola é um processo desafiador, que deve ser construídos todos os dias, envolvendo toda a comunidade escolar e suas relações com o ambiente externo.

Nas reuniões por turmas no início do ano letivo, foram expostos aos pais e alunos os princípios e normas de convivência inseridos no Projeto Político-pedagógico da escola, onde ficou definido que os mesmos estavam de acordo com a realidade escolar e que deveriam ser praticados rotineiramente por todos, tanto professores quanto alunos, pais, funcionários e equipe gestora, sendo intensificadas em sala de aula com trabalhos de produção textual, ilustrações, gráficos e colocados em prática em todos os momentos que se fizessem necessários.

Em relação aos alunos e em parceria com as professoras regentes, foram construídos democraticamente com base nos princípios e normas inseridos e aprovados no PPP da escola, os “combinados” e afixados nas salas de aula para que fossem visualizados e colocados em prática diariamente.

Ainda em relação aos alunos, durante as reuniões de Conselho de Classe, foi sugerida a implantação do Grêmio Estudantil na escola, uma vez que o mesmo é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos; e um de seus principais objetivos é contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades de sua instituição de ensino, organizando campeonatos, palestras, projetos e discussões, fazendo com que eles tenham voz ativa e participem – junto com pais, funcionários, professores, coordenadores e diretores – da programação e da construção das regras e normas, dentro da instituição de ensino.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Através do estudo, reflexão e análise tanto das aulas práticas e presenciais quanto dos materiais oferecidos ao longo do Curso de Especialização em Gestão Escolar – FAGED/UFRGS e partindo de uma concepção de Gestão Escolar Democrática nas Bases Legais da Constituição Federal de 1988 em seu Art. 206 – inciso VI, diz que “o ensino será ministrado com base nos princípios da gestão democrática do ensino público, na forma da lei”, na Lei 9394/96 (LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu Artigo 3º - inciso VIII – refere-se na “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação concernente aos sistemas de ensino”, e em seu Artigo 14 – incisos I e II – que a “I – participação dos profissionais da educação na elaboração projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” e na Lei 10.172, de 09.01.2001 (Diretriz e meta) – Plano Nacional de Educação/PNE – “(...) uma gestão democrática e participativa, especialmente no nível das escolas (...)”, o Projeto Político-pedagógico da E.E.E.F. “Marquês D’Alegrete” foi discutido e readequado com a participação dos segmentos escolares com fundamentação teórica e prática no que se refere aos princípios e normas inseridos no mesmo, pois de acordo com Paro:

“Trata-se, portanto, das medidas que vêm sendo tomadas com a finalidade de promover a partilha do poder entre os dirigentes, professores, pais, funcionários, e de facilitar a participação de todos os envolvidos nas tomadas de decisões relativas ao exercício das funções da escola com vistas à realização de suas finalidades.” (Paro 2007, p.1)

Para chegarmos a uma postura democrática e dialógica, reconhecendo os alunos, as famílias, professores e funcionários como parceiros de uma busca constante por uma escola de qualidade onde a preocupação em construir conceitos sobre a gestão democrática é compartilhada com outros atores, onde para Licínio Lima a democratização da gestão escolar é

uma perspectiva conceptual que focaliza intervenções democraticamente referenciadas, exercidas por atores educativos e consubstanciadas em ações de (auto)governo; ações que não apenas se revelam enquanto decisões político-administrativas tomadas a partir de contextos organizacionais e de estruturas de poder de decisão, mas que também interferem na construção e recriação dessas estruturas e de formas mais democráticas de exercer os

poderes educativos no sistema escolar, na escola, na sala de aula, etc. (LIMA, 2000, p. 19)

Diante disso, fez-se necessário, juntamente com a comunidade escolar, conhecer, analisar e refletir sobre os problemas pedagógicos que comprometem essa busca, sendo que segundo Araújo:

Os distúrbios disciplinares, a violência e o autoritarismo nas relações interpessoais são alguns dos maiores problemas pedagógicos e sociais da atualidade e vem comprometendo a busca por uma educação de qualidade (ARAÚJO, 2006, p. 122).

Visando o encontro dos caminhos que levam a uma convivência democrática, elencamos que estes caminhos devem estar baseados no reconhecimento e forma de agir de acordo com a pluralidade cultural da comunidade da qual a escola está inserida, no estabelecimento de relações adequadas entre a escola e a sociedade, na criação de projetos e busca de parcerias que promovam o convívio democrático tão almejado no contexto escolar, pois em toda a história, a humanidade vem lutando para resolver questões fundamentais de uma convivência democrática entre os grupos sociais.

No âmbito escolar a finalidade foi a de promover o diálogo e a integração de todos os segmentos escolares para o conhecimento, estudo, análise e a (re) elaboração dos princípios de convivência inseridos no PPP da Escola e que, com essa participação coletiva, pudessem ser apontadas formas alternativas de pensar e fazer a educação de qualidade, objetivando mostrar que a escola democrática pode ser o caminho para uma escola de todos, respeitando a individualidade e trabalhando com a heterogeneidade do grupo, deste modo não podendo trabalhar dentro de um único modelo de pensar, pois:

(...) o objetivo de toda a prática educativa – facilitar a reconstrução do conhecimento (...) – não se pode se entender nem se desenvolver sem o respeito á diversidade, às diferenças individuais que determinam o sentido, o ritmo e a qualidade de cada um dos processos de aprendizagem e desenvolvimento. (Pérez Gómez, 2001, p.67)

Desse modo, foram analisadas as teorias e práticas que norteiam uma educação com princípios de convivência democrática na escola, tendo como base a autonomia que é a capacidade de uma pessoa ou de uma comunidade tomar decisões que as afetam, construindo suas próprias regras, refletindo sobre as consequências de suas ações e assumindo responsabilidade, pois a experiência da

democracia leva o indivíduo e/ou comunidade à autonomia, onde essa autonomia só poderá ser alcançada se for dado a eles a oportunidade de presenciar uma verdadeira democracia, participando efetivamente de decisões que afetam sua vida pessoal e social, pois a:

Autonomia refere-se à capacidade de posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar enunciativa e cooperativamente de projetos coletivos, ter discernimento, organizar-se em função de metas eleitas, governar-se, participar das gestões de ações coletivas, estabelecer critérios e eleger princípios éticos, etc. Isto é, a autonomia fala de uma relação emancipada, integra com as diferentes dimensões da vida, o que envolve aspectos intelectuais, morais e sociopolíticos. (PCN,1997, p. 97)

A escola como instituição responsável pela formação formal dos indivíduos nela inseridos deve estar preparada para desenvolver esse princípio da autonomia, para que desde cedo tenham a capacidade de se conhecer, se governar e conquistando gradativamente seu espaço dentro dos princípios éticos e morais da sociedade, onde não haja ambientes autoritários e nem opressão moral e intelectual, pois segundo Piaget:

Nem a autonomia da pessoa, que pressupõe o pleno desenvolvimento da personalidade humana, nem a reciprocidade, que evoca esse respeito pelos direitos e pela liberdade de outrem, poderão se desenvolver em uma atmosfera de autoridade de opressão intelectual e moral (PIAGET 1978, p. 73).

A proposta de criação do Grêmio Estudantil da escola com o respaldo do regimento escolar, da **Lei Nº 7.398, de novembro de 1985, artigos 1º, 2º e 3º, Lei Complementar Nº 444, de 27 de dezembro de 1985, que assegura aos estudantes o direito de se organizar em Grêmios Estudantis**, do Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 53º inciso IV, que garante o direito dos estudantes de se organizar e participar de entidades estudantis e da **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e a partir dela, estão garantidas a criação de Grêmio Estudantil, cabendo à Direção da Escola criar condições para que os alunos se organizem e criem o Grêmio Estudantil na escola.

No caderno Grêmio em Forma, do Instituto Sou da Paz¹, encontramos o conceito:

Grêmio é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras

¹ Disponível no site: <http://www.soudapaz.org/>

possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. O Grêmio é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

O Grêmio Estudantil na escola significa a existência de uma gestão democrática no processo escolar, pois com o respaldo legal no que se refere à implantação do mesmo, é preciso compreender a base na qual tal ideia está edificada, pois não pode ser vista como iniciativa isolada e sim como uma mudança de paradigma nas relações da comunidade escolar.

5 PROBLEMAS PEDAGÓGICOS E SOCIAIS QUE COMPROMETEM A BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E UMA CONVIVÊNCIA SAUDÁVEL NO AMBIENTE ESCOLAR

Alguns dos maiores problemas pedagógicos e sociais que comprometem a busca de uma educação de qualidade são os conflitos disciplinares, a violência, o autoritarismo e a exclusão social, pois “na escola, os distúrbios disciplinares, a violência e o autoritarismo nas relações interpessoais são alguns dos maiores problemas sociais da atualidade e vêm comprometendo a busca por uma educação de qualidade” (ARAUJO, 2006, p. 122 / *Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*, MEC, 2007, p. 19) e para enfrentá-los e solucioná-los é exigido dos professores, funcionários e equipe gestora uma postura democrática e dialógica, disposição e muito conhecimento a respeito desses problemas para que na prática do cotidiano escolar, a integração e participação coletiva de todos os segmentos escolares possam apontar formas alternativas de pensar e fazer a educação de qualidade, objetivando mostrar que a escola democrática pode ser o caminho para uma escola de todos, respeitando a individualidade e trabalhando com a heterogeneidade do grupo.

5.1 CONFLITOS DISCIPLINARES

Todo e qualquer conflito surge do modo diferente ou opinião divergente de interpretar ou ver algum acontecimento. Diante disso, estamos constantemente vivenciando a experiência do conflito, sejam eles os conflitos intrapessoais que dizem respeito à capacidade de relacionar-se com suas próprias emoções e sentimentos, como os conflitos interpessoais que envolvem a relação entre as pessoas.

Normalmente, tanto na escola quanto na vida, o conflito só é percebido quando este já está na fase das manifestações violentas e por não estarmos preparados para identificá-lo e mediá-lo, agimos de forma a resolvê-lo coibindo a manifestação violenta e esquecendo que problemas mal resolvidos geralmente

tendem a se repetir.

No âmbito escolar, possivelmente a causa objetiva de conflitos seja a dificuldade de comunicação, o estabelecimento de diálogo entre alunos e colegas, alunos e professores, professores e professores, o respeito à diversidade cultural, pois se por um lado conquistou-se a garantia de acesso à escola a todos, por outro lado, a escola não se preparou para receber alunos cujo perfil não se enquadrava nos padrões a que já estava acostumada, com grupos de alunos com perfil muito parecidos.

E a escola permanecendo a mesma acaba recebendo no mesmo espaço alunos com diferentes vivências, expectativas, sonhos, culturas, hábitos..., onde muitas vezes este conjunto de diferenças não trabalhado de maneira que se valorize e se respeite a pluralidade cultural, gere os conflitos disciplinares.

Pérez Gómez (1998) propõe que entendamos hoje a escola como um espaço de “cruzamento de culturas”, exigindo que se desenvolva uma nova postura e olhar para que se identifiquem as diferentes culturas que se cruzam no contexto escolar e conforme o mesmo autor:

O responsável definitivo da natureza, sentido e consistência do que os alunos e alunas aprendem na sua vida escolar é este vivo, fluido e complexo cruzamento de culturas que se produz na escola entre as propostas da cultura crítica, que se situa nas disciplinas científicas, artística e filosóficas; as determinações da cultura acadêmica, que se refletem no currículo; as influências da cultura social, constituídas pelos valores hegemônicos do cenário social; as pressões cotidianas da cultura institucional, presente nos papéis, normas, rotinas e ritos próprios da escola como instituição social específica, e as características da cultura experiencial, adquirida por cada aluno através da experiência dos intercâmbios espontâneos com seu entorno. (Pérez Gómez, 1998, p. 17)

A escola, que historicamente está acostumada a lidar com um tipo padrão de alunos e segundo Harper et al. (1980) “...não leva em conta as diferenças”, apresentando regras de maneira a igualar a todos, esquecendo-se que nem todos se enquadram nestas regras e que pela divergência entre as opiniões, haja o conflito criado pela diferença de conceito ou pelo valor diferente que se dá a mesma ação e quanto mais diversificado o perfil dos alunos e professores, naturalmente maior será a possibilidade de conflito ou de diferença de opinião.

Atualmente, o conflito começa a ser visto não mais como algo ruim e descontrolado social, mas como uma manifestação natural e necessária às relações

interpessoais, devendo estar lado a lado das práticas pedagógicas onde não só a autonomia dos educadores é evidenciada como também a autonomia dos estudantes que vivenciam no cotidiano escolar a prática de solução de situações conflitivas, e segundo Johnson e Johnson, (1999), "o que determina que os conflitos sejam destrutivos ou construtivos não é sua existência, mas sim a forma como são tratados", pois para eles, os conflitos tratados construtivamente podem melhorar o desempenho, o raciocínio e a resolução de problemas, e de acordo com Arantes, V. 2000, "uma escola de qualidade deve transformar os conflitos cotidianos em espaços autônomos de reflexão e ação, permitindo que alunos e alunas enfrentem, autonomamente, a ampla gama de conflitos pessoais e sociais do dia-a-dia", pois "o convívio com a diversidade humana e com as diferenças sociais, econômicas, psíquicas, físicas, culturais, religiosas, raciais, ideológicas e de gênero, ao mesmo tempo em que gera conflitos, pode servir de matéria prima para a construção da convivência democrática" (Convivência Democrática – Inclusão e Exclusão social, MEC, 2007, p. 8).

Faz-se necessário que a escola e os educadores oportunizem ações onde os estudantes tenham autoconhecimento e aprendizado para que possam enfrentar conflitos interpessoais de forma adequada e a escola, juntamente com as parcerias, apontasse caminhos para a elaboração de práticas educativas com objetivo de resolver os conflitos de forma construtiva e harmoniosa contribuindo assim para a construção da convivência democrática no âmbito escolar onde

uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. (FREIRE, 1996, p. 46)

5.2 VIOLÊNCIA

A violência, atualmente, está sendo uma das principais preocupações não só da escola como também de toda a sociedade, pois atinge a vida e a integridade física das pessoas, pois não é um problema novo, mas tem se agravado com o passar do tempo devido ao avanço da tecnologia e dos meios de comunicação que

colaboram para aumentá-la e difundi-la com a publicação de brigas, geralmente entre alunos, nas redes sociais, tornando-se uma prática comum e fácil de conferir.

Diante disso, faz-se necessário distinguir e entender a diferença entre violência e agressividade, pois segundo Viviane Marcelos (2009) “violência é uma transgressão da ordem e das regras da vida em sociedade atentado direto, físico contra uma pessoa”, enquanto que a agressividade é um comportamento que está aliado a sentimentos negativos em que o agressor expressa a forma como é tratado, onde muitas vezes é vítima de violência constante e adianta-se a uma possível experiência de rejeição com atitudes agressivas.

No âmbito escolar, o tipo de violência mais difícil de ser constatada e também a mais comum de ser praticada é a violência simbólica, pois conforme MARCELOS (2009) “por ser a que a escola exerce sobre o aluno quando o anula da capacidade de pensar e o torna um ser capaz somente de reproduzir”, comprometendo todo um processo de ensino/aprendizagem adequado à realidade do educando, não desenvolvendo suas capacidades para que aprendam os conhecimentos necessários que permitam a continuidade de estudos e efetiva inserção na sociedade.

Por meio de buscar a integração escola-comunidade, criando mecanismos de participação que traduzam o compromisso de todos os segmentos, incentivando a aplicação de boas práticas na melhoria da qualidade de ensino e com o aprimoramento do processo pedagógico, acredita-se que atitudes violentas e agressivas possam ser amenizadas e se promova um ambiente onde as relações interpessoais sejam regidas pela ética, respeito e solidariedade.

5.3AUTORITARISMO

As práticas autoritárias estiveram presentes por muito tempo ao longo de toda a história da educação, onde “o professor se coloca sempre sobre um estrado, numa posição de importância, no papel de autoridade absoluta” (HARPER et al, 1980, p. 85) e por parte deste, o autoritarismo aparece como uma das principais questões que influenciam a relação dos mesmos, onde se percebe que os alunos sofrem com

a ausência de diálogo pelo fato de que as decisões fundamentais são praticadas somente por quem tem a “autoridade”, algo inquestionável, onde nesta perspectiva, o aluno tende a se calar por temer punições e ameaças através de notas, conceitos, reprovações ou até mesmo constrangimento em público.

A educação que se baseia no autoritarismo tende a tornar os indivíduos submissos, conformistas, individualistas, logo não cumprindo o seu papel de acordo com os ensinamentos de Krishnamurti (2001, p.04) que revela:

Não deve a educação estimular o indivíduo a adaptar-se à sociedade ou a manter-se negativamente em harmonia com ela, mas ajudá-lo a descobrir os valores verdadeiros, que surgem com a investigação livre de preconceitos e com o autopercebimento. Não havendo autoconhecimento, a expressão individual se transforma em arrogância, com todos os seus conflitos agressivos e ambiciosos. A educação deve despertar no indivíduo a capacidade de estar cômico de si próprio, e não apenas deixá-lo comprazer-se da expressão individual.

As práticas autoritárias de imposição da ordem ainda permanecem em alguns ambientes de instituições de ensino, professores que exercem sua função com autoritarismo e acabam prejudicando não somente todo o processo de ensino-aprendizagem, como também a formação plena do indivíduo no exercício de sua cidadania, podendo-lhe de expressar-se, opinar, expor suas ideias e dúvidas, sendo meros repetidores do que lhes foi transmitido.

“O processo ensino-aprendizagem pode ser assim sintetizado: o professor passa para o aluno, através de exposição verbal da matéria, bem como de exercícios de fixação e memorização, os conteúdos acumulados culturalmente pelo homem, considerados como verdades absolutas. Nesse processo predomina a autoridade do professor enquanto o aluno é reduzido a um mero agente passivo, e os conteúdos, por sua vez, pouco tem a ver com a realidade concreta dos alunos, com sua vivência. Os alunos menos capazes devem lutar para superar as suas dificuldades, para conquistar o seu lugar junto aos mais capazes.”(J. S. BRUBACHER, 2006, p. 14)

É importante salientar que a disciplina é fundamental em sala de aula, mas as regras, combinados e princípios estabelecidos devem ser elaborados e discutidos com a participação dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, onde educandos possam ter a garantia do desenvolvimento da sua criticidade e autonomia e a “autoridade sendo um produto da relação professor-aluno não é de toda errada e sim necessária, porém realizada de forma eficaz, conduz o discente a se disciplinar, sendo esse então capaz de adequar seu comportamento a determinadas regras, definidas por ele ou não” (FREIRE, 1989).

Contudo, com o processo democrático, a conquista da educação vem tomando novas direções. O autoritarismo vem perdendo espaço para o diálogo, para as práticas docentes voltadas à boa formação do sujeito, para a aquisição de valores éticos e morais, para a construção do exercício da cidadania, tendo o professor como mediador de práticas inovadoras e pautadas na troca de conhecimentos.

5.4 EXCLUSÃO SOCIAL

O conceito de exclusão, que do latim *exclusio* – é a ação e o efeito de excluir (deixar alguém ou algo de lado, descartar, afastar, negar possibilidades) nos remete a grupos sociais variados e diferenciados, os quais se encontram separados do que denominamos “núcleo social” que de acordo com o histórico da humanidade, constitui um ideal de sujeito na sua ordem física, econômica e comportamental, seguindo um modelo ditado pelas classes com maior poder aquisitivo e os que não se enquadram nestes paradigmas permanecem à margem, originando a expressão “marginalizados”.

No contexto educacional brasileiro, apesar de a Constituição em seu artigo 205 garantir que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada em colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, muitos estabelecimentos de ensino continuam a reproduzir o quadro de desigualdades, com modelo educacional onde prevalece a pressão dos grupos dominantes.

No entanto, o tratamento de cada indivíduo de forma genérica torna-se insuficiente no atendimento às particularidades e peculiaridades, pois segundo Boaventura de Sousa Santos “temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza”, surgindo a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não reproduza as desigualdades.

Desta forma, estaremos trabalhando para que a inclusão educacional e social se concretize baseada na busca pelos direitos humanos, pela educação

libertadora e emancipatória, que seja compreendida como um meio para o acesso e garantia a outros direitos, dando fim à discriminação, reduzindo a violência, promovendo o bem-estar, a convivência democrática e saudável entre os grupos com o objetivo a uma aprendizagem de qualidade que afirme e desenvolva a cidadania plena e os valores democráticos, recuperando tudo o que se relaciona à defesa do princípio da liberdade, autonomia e evitando a pressão dos grupos dominantes, pois segundo Reinaldo Matias Fleuri (2003, p.16-17),

em todos estes movimentos sociais e educacionais que propõem a convivência democrática entre diferentes grupos e culturas, em âmbito nacional e internacional, assim como a busca de construir referenciais epistemológicos pertinentes, o trabalho intercultural pretende contribuir para superar tanto a atitude de medo quanto a de indiferente tolerância ante o “outro”, construindo uma disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural. Trata-se, na realidade, de um novo ponto de vista baseado no respeito à diferença, que se concretiza no reconhecimento da paridade de direitos. Tal perspectiva configura uma proposta de “educação para a alteridade”, aos direitos do outro, à igualdade de dignidade e de oportunidades, uma proposta democrática ampla.

Para isso, é necessário que todos os envolvidos no processo educativo tenham o comprometimento ético em buscar entender e estabelecer relações entre teoria e prática, pois de acordo com Libâneo (1994, p. 27) “(...) a teoria vinculada aos problemas reais postos pela experiência prática e a ação prática orientada teoricamente”, fazendo-se questionar e rever valores e posicionamentos, incorporando novos conceitos para que saibam lidar de maneira responsável e respeitosa com os desafios, possibilitando a participação de todos na construção de sua existência como sujeitos de direitos preparados para o exercício da cidadania e para a convivência numa cultura de diversidade e de direitos humanos garantidos e respeitados por todos.

6 CAMINHOS QUE LEVAM A UMA CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA

Os caminhos que levam a uma convivência democrática estão baseados “no reconhecimento e forma de agir de acordo com a pluralidade cultural da comunidade da qual a escola está inserida, no estabelecimento de relações adequadas entre a escola e a sociedade, na criação de projetos e busca de parcerias que promovam o convívio democrático” (CARVALHO, 2001, p. 7 e 8) tão almejado no contexto escolar, pois em toda a história, a humanidade vem lutando para resolver questões fundamentais de uma convivência democrática entre os grupos sociais.

6.1 RECONHECIMENTO E FORMA DE AGIR DE ACORDO COM A PLURALIDADE CULTURAL

Existem vários costumes, crenças e valores que caracterizam a cultura de um povo e toda essa diversidade exige respeito para que todos possam viver democraticamente.

Na escola o grande desafio na construção de um convívio democrático é anular as discriminações e preconceitos sociais onde se possa reconhecer e valorizar a diversidade cultural, as características específicas dos grupos heterogêneos e nesse sentido, trabalhando para que os direitos humanos sejam respeitados e garantidos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 15 afirma que: “A criança e o Adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em progresso de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.

Toda e qualquer pessoa, independente de crença, cor, opção sexual, entre outros, é um sujeito de direito, direitos esses adquiridos mesmo antes do nascimento e que devem ser mantidos e protegidos para que se garanta o cumprimento dos mesmos, embora o acesso e conhecimentos de tais direitos ainda estejam muito distantes de milhares de pessoas.

A educação é um direito igual para todos e garantido por lei através do qual

se educa um ser tendo como principal objetivo a formação das pessoas integralmente, como sujeitos sociais, sujeitos de direitos, cidadãos e como tal, a diversidade deve ser tratada de forma igualitária, sem discriminação, provocando inquietações nos educadores sobre como trabalhar e buscar novas práticas pedagógicas que abranjam de forma coletiva, igualitária e diversificada a cada ser de um determinado grupo social, sendo fundamental que se tenha presente que “temos que mostrar que o educando, o estudante, tem cor, tem sexo, um lugar social em que está inserido, além de sua condição de classe social”. (HADDAD e GRACIANO, 2006, P. 5)

Segundo Vera Candau (2012, p. 721), devemos “ter como horizonte a construção de uma cidadania participativa, a formação de sujeitos de direito, o desenvolvimento da vocação humana de todas as pessoas nela implicadas”, o que quer dizer que todos somos responsáveis pela busca de uma cidadania plena, onde se possam formar seres que estejam em constante busca de seu crescimento como ser humano, valorizando e respeitando as diferenças e diversidades que possam deparar-se na sua trajetória.

No entanto, o principal desafio para que se articule o reconhecimento e a forma de agir de acordo com a pluralidade cultural no cotidiano escolar, seria primeiramente o compromisso ético de todos os envolvidos no processo educativo, buscando entender e estabelecer relações entre a teoria e a prática para que possam identificar os desafios e obstáculos encontrados, procurando lidar sempre pedagogicamente com a diversidade, entendendo-a como construção histórica, cultural e social das diferenças, tendo como perspectiva principal a qualidade na aprendizagem não somente de conteúdos – aprendizagem cognitiva, mas também aprendizagem de caráter, cidadania, valores humanistas que promovam o respeito e convívio harmonioso para uma cultura de paz onde a questão dos direitos humanos, a diversidade sexual, cultural e religiosa sejam encaradas de forma normal e natural.

Dessa forma, surge um novo processo educativo, no qual a gestão escolar democrática e participativa com a função articuladora dos temas aqui abordados procura o cumprimento da essência da educação que é “fazer da educação, tanto formal, quanto não formal, um espaço de formação crítica e não apenas de formação de mão de obra para o mercado de trabalho” (Gadotti, 2006, p. 52),

estaremos resgatando e formando sujeitos de direitos e garantindo o direito à educação.

6.2 ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES ADEQUADAS ENTRE A ESCOLA E A SOCIEDADE

A escola é um importante espaço para que se possa promover a integração pacífica entre a comunidade, pois é um bem público e todos têm por lei a garantia do acesso, permanência e qualidade na educação pública.

Por ser um bem público, a escola deve ser gerida nos princípios da gestão democrática com elementos legais, éticos e políticos, baseados nas leis, regulamentos, regimentos, projetos, direito e justiça, onde o diálogo, respeito, transparência, autonomia, igualdade, criticidade e liberdade estejam sempre presentes e que estejam garantidos os processos de eleição, participação, representação, autoridade compartilhada e pluralidade, uma gestão em que se estabeleça a divisão de atribuições, cooperação e descentralização, garantindo assim a participação e transparência que são os princípios essenciais de uma gestão realmente democrática.

Em muitas localidades a escola é o único espaço de integração social entre as pessoas, por isso ela deve ser compreendida como um local que pertence a todos e quanto mais as pessoas participarem da vida da escola, mais sentir-se-ão responsáveis por ela, auxiliando no cuidado e preservação da mesma.

Por motivos de segurança, é indispensável que as escolas permaneçam fechadas durante a realização das atividades escolares, mas devem estar abertas para receber a comunidade para que se façam presente nas programações, reuniões, apoiando o trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores, participem e saibam as funções de cada membro do CPM (Círculo de Pais e Mestres) e do Conselho Escolar sendo atuantes, participando do planejamento e execução dos planos de ação da escola.

Ao pertencerem aos Programas “Mais Educação”, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10, e “Escola

Aberta”, criado a partir da publicação da Resolução FNDE/CD nº 21/2012, onde se constituem como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral com vistas ao fortalecimento das ações de ambos os Programas no cenário das políticas educacionais as escolas além de visar à permanência dos alunos em turno integral nas atividades escolares, visam também a abertura das escolas aos finais de semana para que as famílias e comunidade em geral tenham um espaço de lazer e integração onde possam realizar atividades nas oficinas que oferecem esporte, lazer, cultura e geração de renda.

Embora ainda longe do ideal é necessário fazer com que a escola procure “levar os pais dos alunos e a comunidade em geral a terem a concepção positiva da escola, a vê-la como algo desejável, onde são acolhidos e respeitados em seus direitos de cidadão” (PARO, 2007, p.15).

6.3 CRIAÇÃO DE PROJETOS

O convívio democrático no âmbito escolar é um processo desafiador e atualmente as escolas enfrentam problemas relacionados à integração tanto entre professores quanto entre alunos, porém ao se trabalhar com a prática de projetos, onde os temas abordados possam ser escolhidos de forma democrática e com a participação de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem para que se sintam valorizados em suas opiniões e que tenham prazer em estudar e percebam que a sala de aula é um lugar aberto a trocas de conhecimento, este convívio e qualidade de ensino podem ser melhorados significativamente.

Na medida em que os projetos pedagógicos se desenvolvem, novas práticas de ensino surgem, fazendo com que os conhecimentos sejam compartilhados entre alunos, professores, funcionários e comunidades em geral, refletindo e buscando soluções práticas e em conjunto para problemas que são enfrentados no cotidiano da escola e famílias, tendo como respaldo o convívio saudável entre todos, pois

Num país com imensas desigualdades e contradições, a educação se apresenta como um fator de esperança e transformação para a sociedade,

não apenas permitindo o acesso ao conhecimento, à participação, mas propiciando condições para que o indivíduo construa sua cidadania. (SERRÃO, Margarida. 1999 p. 23).

Os projetos quando bem elaborados e ao serem colocados em prática podem proporcionar a participação de toda a comunidade escolar, fazendo com que essa integração seja um meio da escola ser vista como um espaço em que as relações interpessoais possam ser vivenciadas de maneira saudável e democrática em prol de uma aprendizagem significativa e de qualidade.

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. (GADOTTI, Moacir. 2001, p.37).

A proposta de se trabalhar em projetos não depende de ações isoladas, mas de proporcionar um ambiente favorável à aprendizagem que tem como desafio transformar o papel da escola na comunidade em que está inserida, passando a sugerir a todos uma maneira nova de participar e interpretar o mundo a sua volta, priorizando a promoção do conhecimento, pois o vale ressaltar que o projeto pedagógico no ambiente escolar surgiu para romper paradigmas do ensino tradicional que buscava apenas a formação do indivíduo como mero receptor de conteúdos acumulados culturalmente pela humanidade, considerados como verdade absoluta.

6.4 BUSCA DE PARCERIAS

A escola como uma instituição social deve exercer uma função educativa junto aos atores do processo educativo, buscando parcerias com as famílias e demais colaboradores a partir de uma prática de discussões que priorizem por informar, aconselhar e encaminhar os mais diversos assuntos, para que família e escola, em colaboração mútua, possam promover uma educação integral para o cidadão, em cumprimento com as exigências legais da sociedade que o espera e na tentativa de desenvolver uma efetiva participação, Ferreira e Aguiar referem-se que

tem-se falado muito em participação e compromisso, sem definir claramente o sentido. E não raras vezes situa-se a participação como mero processo de colaboração, de mão única, de adesão, de obediência às decisões da direção. Subserviência jamais será participação e nunca gerará compromisso. Em primeiro lugar, a participação sem troca, como dádiva, ocorre por decisão pessoal movida pela afetividade, pelo desejo de servir a uma causa que se julgue nobre e relevante, seja religiosa, política ou social. No caso da escola e do município, a participação deve ocorrer por motivos profissionais. E nesse caso, constitui um processo de troca, que gera o compromisso (FERREIRA e AGUIAR, 2001, p.170).

As maneiras e cuidados com a construção e o desenvolvimento de regras e princípios de convivência democrática dependem de ações bem planejadas e abrir as portas da escola para buscar parcerias como familiares, voluntários, amigos da escola, visando o sucesso na aprendizagem podem colaborar para aumentar a valorização das relações entre os atores da comunidade escolar que quando bem discutidas as responsabilidades de cada um, farão com que o compromisso faça parte da resolução de problemas, onde FREIRE ao nos chamar ao compromisso diz que “tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também, tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente”.

As parcerias representam importantes auxílios na construção de projetos pedagógicos na escola, pois além de promoverem a integração da escola com a comunidade, podem auxiliar na qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Com as parcerias estabelecidas, o convívio democrático e participativo promovido no ambiente escolar em atividades que sejam desenvolvidas em sentido social, artístico, científico ou técnico, faz com que o conhecimento se manifeste de forma cooperativa entre as relações de confiança e amizade que se estabelecem a partir destas ações.

7 ANÁLISE DAS AÇÕES

A proposta de democratizar os princípios e normas de convivência inseridos no PPP da escola surgiu após ser evidenciada a necessidade de torná-los conhecidos e praticados diariamente por todos os segmentos da comunidade escolar, uma vez que um ambiente favorável à aprendizagem está alicerçado no convívio harmonioso e agradável entre os grupos, e para que se atingissem resultados significativos, foi preciso realizar alguns procedimentos conforme a ordem cronológica:

Em reunião realizada com o segmento de pais no final do mês de Novembro/2014, foi colocada a situação em que a escola se encontrava, pois estava prestes a receber reformas e que, por orientação da Promotoria e Coordenadoria Regional de Educação, o ano letivo da escola fora antecipado com aulas em turno inverso, principalmente para os alunos com mais dificuldades de aprendizagem. Aproveitando a oportunidade do encontro, realizei uma pesquisa com o tema “Compartilhando Saberes e Ideias” a qual apresentava um convite aos pais para refletir e analisar o trabalho realizado pelos segmentos de professores, funcionários e equipe gestora com levantamento de pontos positivos/negativos e sugestões de melhorias na integração escola e comunidade.

Os pais e/ou responsáveis que se fizeram presentes na reunião participaram de maneira efetiva e de acordo com a pesquisa, foi possível constatar que os mesmos enxergavam a escola como um espaço aberto ao diálogo, mas que necessitava de maior participação e envolvimento de todos e que, para isso, deveria criar condições concretas para que de fato essa participação acontecesse como definida por PARO (2005, p.10), “se queremos uma escola transformadora, temos que transformar a escola que temos aí”. Diante disso, tornou-se imprescindível buscar a parceria com todos os segmentos da comunidade escolar para que a escola se tornasse um espaço de vivência democrática e impulsionadora de ações e conhecimentos que deveriam ser construídos e compartilhados. Também, nesta mesma reunião, foi sugerida a realização de um manifesto em frente à escola para que a faixa de segurança fosse respeitada pelo menos durante os horários de entrada e saída dos alunos.

Na mesma semana, também foi realizada uma reunião pedagógica com o segmento de professores, onde planejei, juntamente com a Coordenadora Pedagógica e a Vice-diretora do turno da manhã, um diálogo sobre o Projeto de Intervenção, onde aplicamos uma pesquisa também com o tema "Compartilhando Saberes e Ideias" abrangendo a visão dos professores quanto às questões de planejamento, aprendizagem, integração escola e comunidade, pontos positivos e negativos na gestão da escola e o que merecia mais atenção da equipe gestora.

Conforme as respostas dadas ao questionário, foi possível observar que o planejamento da maioria dos professores é semanal, e como pontos positivos destaca-se a abertura ao diálogo, apoio, relacionamento e dedicação ao trabalho, que o relacionamento da escola com a comunidade escolar é bom, mas a participação dos pais deveria ser ampliada. Como pontos negativos destaca-se a falta de tempo para reunir este segmento para estudar mais e melhor o PPP e um dos professores observou a falha na comunicação entre os setores da escola, ficando sugerido como encaminhamento o estudo e conhecimento do foco do PI para todos os segmentos da comunidade escolar nas reuniões de formação continuada.

Foi muito significativo o interesse e participação em rever o PPP da escola e modificar o que não estava dando certo, pois é através da integração e troca de experiências pode-se ficar evidenciado que, apesar da escola demonstrar ser um espaço democrático, é fundamental que se garanta a permanência e sucesso na aprendizagem dos alunos, buscando alternativas de ações com boas práticas que desperte o interesse e participação dos alunos, tornando-os parceiros na construção de uma convivência harmoniosa na escola e uma aprendizagem significativa.

Como sugestão de encaminhamento sugerido na reunião com o segmento de pais e concomitante ao Projeto de Intervenção, foi realizado pela comunidade escolar um Manifesto Público em frente à escola com o objetivo de conscientizar a sociedade em respeitar a faixa de segurança, principalmente nos horários de entrada e saída dos alunos, tendo como ponto positivo a participação da maioria dos alunos e professores da escola, pais, funcionários e moradores vizinhos da escola, que aderiram ao manifesto auxiliando alunos e professores a dialogar e entregar panfletos informativos aos motoristas. Como dificuldade, encontramos a resistência

por parte dos agentes de trânsito em participar, pois foi preciso quase que implorá-los para que auxiliassem, e, para tanto foram disponibilizados apenas dois agentes para realizar tal tarefa. Como encaminhamento após o manifesto, foi solicitado a implantação de um redutor de velocidade próximo à escola.

Desse manifesto obtivemos muito êxito, pois além de conscientizar tanto motoristas como pedestres em respeitar as normas de trânsito, conseguimos também a construção de um redutor de velocidade antes da faixa de segurança em frente à escola, fruto do encaminhamento de sugestão do segmento de pais na primeira reunião onde se iniciou o Projeto de Intervenção da Sala Ambiente Projeto Vivencial do Curso de Especialização em Gestão Escolar.

De acordo com as solicitações do segmento de professores, durante as reuniões de formação continuada realizadas com os segmentos de professores e funcionários, foram feitas leituras de material exposto em slides com os princípios e normas de convivência inseridas no PPP da escola, para que os mesmos o reconhecessem e analisassem se estavam de acordo com a realidade da nossa escola e se estavam sendo colocados em prática periodicamente.

Nessa etapa do trabalho, notou-se resistência, principalmente dos funcionários, em aderir e comprometer-se em fazer parte do Projeto, mas após vários diálogos no decorrer do tempo, onde foram sendo enfatizadas as atribuições e funções dos mesmos e que estes deveriam se reconhecer e reconhecer seu trabalho como parte da escola, foram se integrando e auxiliando para que os objetivos a serem alcançados fossem concretizados

Como encaminhamento ficou definido que os princípios continuariam sendo discutidos, analisados, readequados conforme a participação de todos e colocados em prática, buscando subsídios e linhas de ação importantes, através das quais procuraríamos desenvolver a capacidade de identificar e propor medidas para construir a convivência democrática por meio de parcerias e com o apoio da legislação e do regimento escolar.

A sugestão da implantação do Grêmio Estudantil começou a ser definida durante as reuniões de Conselhos de Classe por turmas e com o estudo do material

disponibilizado em documentos como ECA, Regimento Escolar, Lei nº 7.398, de novembro de 1985, os alunos até começaram a mobilizar-se em fundamentar-se quanto aos objetivos da criação do mesmo.

Devido a contratempos como reformas na escola, paralisações, entre outros, a implantação do Grêmio Estudantil na escola ainda não se concretizou, porém o resultado do trabalho vem surtindo efeito, uma vez que a grande maioria dos alunos, com auxílio de alguns professores, começa a pôr em prática os estudos e pesquisas em relação à implantação do mesmo.

As ações registradas neste relatório demonstram o esforço conjunto de todos os segmentos em tornar os princípios e normas da escola o ponto de partida para a concretização de uma convivência democrática, saudável e que favoreça a formação plena de todos.

A construção do convívio democrático esteve relacionada em todas as ações da escola, envolvendo desde a pessoa que recebe os alunos no portão, funcionários de cada setor, professores, gestores e todos os que convivem no espaço escolar, mantendo a conduta e os cuidados que devem ser dispensados aos alunos, garantindo os direitos e deveres de cada componente escolar, estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Regimento Escolar, no qual ficou evidenciado que a escola necessitava urgentemente apropriar-se de conhecimentos teóricos e práticos que intercedessem e contemplassem as ações que permitiriam desenvolver hábitos saudáveis de convivência, relações interpessoais baseadas no respeito e na tolerância como propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo IV do capítulo I da Prevenção, ao falar sobre o apoio e incentivo às práticas pacíficas de conflito que envolve violência contra a criança e o adolescente.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os estudos explicitados neste trabalho representaram um importante passo para a construção da qualidade do convívio na escola, pois implicou em que todos os segmentos envolvidos assumissem suas responsabilidades e trabalhassem visando a um mesmo objetivo: a convivência saudável e democrática no ambiente escolar.

A gestão democrática foi o melhor caminho apontado para a efetivação dos objetivos traçados neste trabalho, pois envolveu processos de participação, autonomia e divisão de poder. E para que todos esses processos pudessem ser realizados com sucesso, o primeiro passo foi promover a integração com a comunidade escolar, em que se vem buscando ser mais participativa nas tomadas de decisões e fazendo com que os princípios e normas de convivência estejam presentes na resolução de inquietações que surjam no cotidiano escolar.

O fator que tratou da necessidade e do interesse da comunidade buscar alternativas de tentar sanar as questões que comprometem o convívio saudável e uma aprendizagem de qualidade foi fundamental para que a escola assumisse e associasse o saber escolar com o saber dos demais integrantes dos segmentos escolares para a solução do problema apresentado no foco do Projeto de Intervenção.

Com as informações e conhecimentos adquiridos no decorrer do curso de Especialização e a colocação em prática do PI, ficou evidente que para que uma educação de qualidade e realmente democrática aconteça, faz-se necessário a participação efetiva de todos os envolvidos no contexto escolar e que através destas parcerias, as decisões e ações tornam-se mais fáceis e possíveis de acontecer, pois algumas ações como o manifesto em frente à escola para se conseguir que a faixa de segurança fosse respeitada, a construção de redutor de velocidade, os “combinados” como eram chamados os princípios e normas de convivência, entre outras ações, estão sendo praticadas diariamente por todos e só foram conquistadas através da participação responsável de todos os segmentos integrantes da escola.

A construção e o desenvolvimento da convivência democrática dependeram de diálogo e ações cooperativas e participativas, nas quais, apesar de não ter sido

fácil, pode-se notar que houve avanços consideráveis no que se refere às relações interpessoais entre todos. E embora alguns dos objetivos não tenham sido alcançados como a implantação do Grêmio Estudantil da escola, ficou claro que devemos buscar, coletivamente, ações bem planejadas e executadas, não deixando de esquecer que fazem parte de um processo, e não algo que se implanta a partir de uma decisão.

Com a realização do Projeto de Intervenção, a escola passou por um processo de transformação, desempenhando melhor o seu papel, juntamente com as parcerias, contribuindo na formação de pessoas conscientes de suas práticas sociais e das mudanças que estas podem provocar em suas vidas, sendo um referencial importante para que se possa oportunizar a elas uma aprendizagem contínua e voltada para a solução de problemas diários, em que o resultado que se espera é a possibilidade de nossos alunos terem uma experiência escolar coerente e bem sucedida.

9 REFERÊNCIAS

- AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. - Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2007.
- ARANTES, V. **Cognição, Afetividade e Moralidade**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.26, n.2, p.137-153, jul./dez.2000.
- ARAUJO, U. F.; Klein, A. M. Escola e Comunidade, juntas para uma cidadania integral. **Cadernos Cenpec**, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, São Paulo, v. 2, p. 119-125, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.
- _____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **D. O. U.** de 16.7.1990.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **D. O. U.** de 23.12.1996.
- CARVALHO, Maria Celeste da Silva. **Progestão: Como construir os princípios de convivência democrática na escola?** Módulo V Maria Celeste da Silva Carvalho, Ana Célia Bahia Silva; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. – Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.
- CANDAU, V. **Direitos humanos, violência e cotidiano escolar**. (Org.). Reinventar a escola. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001. p. 137-166.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P., **A Metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- COLOMBIER, Claire; MANGEL, Gilbert; PERDRIault, Marguerite. **A violência na escola**. São Paulo, Ed.Summus,1989.
- DELORS, Jacques. **Educação - um tesouro a descobrir** - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o século XXI. São Paulo. Cortez, 2001.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto & AGUIAR, Márcia Angela da S. (orgs.). **Gestão da Educação - Impasses, perspectivas, compromissos**. São Paulo. Cortez, 2001, pp. 129-239
- FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e educação**. Revista Brasileira de Educação. 2003, n.23, pp. 16-35.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. **A Pedagogia da pesquisa-Ação**. Educação e Pesquisa. Revista da Faculdade de Educação da USP. Vol.31, fascículo 3.. p. 483-502. dez.2005c.São Paulo 2005. ISSN: 15179702.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

_____, P. e outros. **Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, E. José. **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**. 4 ed – São Paulo: Cortez, 2001.

GOERGEN, Pedro. **Educação e valores no mundo contemporâneo**. Educação & Sociedade, Campinas, v.26, n.92, p.983-1011, out. 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, S.; Graciano, M. **A educação entre os direitos humanos**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Ação Educativa, 2006.

HARPER, B. et al. **Cuidado: escola! Desigualdade, domesticação e algumas saídas**. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

JOHNSON, David W. & JOHNSON, Roger T. **Como reducir la violencia en las escuelas**. Barcelona: Paidós, 1999.

KRISHNAMURTI, J. **A educação e o significado**. São Paulo. Curtriz, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. – São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, L. **Organização Escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCELOS, Viviane. **Violência Escolar**. 2009. Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/violencia-escolar-729041.html>. Acesso em: 11 dez. 2015

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. **Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa: uma visão holística do conhecimento humano**. São Paulo: LTR, 2000.

PARÂMETROS Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série): Matemática/Secretaria de Educação. Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1997. 142 p.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade de ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Ed. Xamã, 2000.

_____. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 5. ed. São Paulo: Ed. Xamã, 2000.

_____. **Administração escolar e qualidade de ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?** In: BASTOS, João Baptista (Org.). Gestão democrática. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001. p. 57-72.

_____. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. 3. reimpr. São Paulo: Xamã, 2007.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **A Cultura Escolar na Sociedade Neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978

PROGRAMA ÉTICA E CIDADANIA: **construindo valores na escola e na sociedade : inclusão e exclusão social** / organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP) , equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como Fazer Pesquisa Ação?** Disponível em: <http://jarry.sites.uol.com.br/pesquisacao.htm>. Acesso em: 18 nov. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos**. In: Contexto internacional, Rio de Janeiro, v.23 nº 1, janeiro/junho 2001, p. 7-34.

SANTOS, J. C. **Violência na escola**: um estudo sobre conflitos. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a Ser e a Conviver**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999. (Fundação Hodebrecht).

SILVA, Aida Maria Monteiro. **A VIOLÊNCIA NA ESCOLA : A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS E PROFESSORES**. www.dhnet.org.br/inedex.htm, 2002

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa - ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 17 ed. São Paulo: Cortez. 2009.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien/Tailândia: UNESCO, 09 mar. 1990. [Declaração aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990.]

UNESCO. MEC. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1999.